

Defensoria Pública realiza *workshops* para proposição de ações estratégicas para a Instituição

Prosseguindo as etapas de elaboração do Planejamento Estratégico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, nos dias 20 e 22 de fevereiro, foram realizados *workshops* na Instituição, para concepção de um conjunto de propostas estratégicas para a DPMG.



O professor e pesquisador da Fundação João Pinheiro, Marconi Laia, apresentou o diagnóstico da DPMG produzido pela FJP - Dia 22/02/2018

Defensores públicos que participaram do *workshop* - Dia 20/02/2018



Participaram das reuniões a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard; o subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima; o corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro; o chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares; os membros do Comitê Executivo que oferecem suporte à Fundação João

Pinheiro (FJP); assessores do Gabinete; membros do Conselho Superior; coordenadores Regionais e Locais das Defensorias que possuem mais de seis órgãos de execução; defensores públicos integrantes dos grupos de trabalho criados pelas Resoluções n.º 24 e 31/2018; além do presidente da Adep-MG.

MENSAGEM DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL



Caros amigos e colegas defensores públicos e servidores,

Esta quinzena foi marcada por importantes ações rumo ao fortalecimento de nossa Instituição. Registro a realização do workshop, coordenado pela Fundação João Pinheiro, para o alinhamento e a consolidação das ações do Planejamento Estratégico da DPMG. O encontro foi realizado em dois dias e contou com a presença dos coordenadores regionais e locais – das unidades com mais de seis órgãos de execução providos –, membros do Conselho Superior, da Corregedoria Geral, da Adep-MG e demais previstos nas Resoluções 24 e 31 de 2018.

Destaco, também, a realização da “2ª Qualificação de defensores e defensoras em Saúde Pública”, promovido pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep) e pela Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep). A iniciativa contou com a participação de nossos defensores públicos e também de diversos especialistas da área para discutir a atuação judicial e extrajudicial da Defensoria Pública, o acesso à Justiça e a garantia de atendimentos que deveriam ser oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Com muita satisfação, ressalto, ainda, o acompanhamento pela Defensoria Pública,

como *amicus curiae*, do julgamento que resultou na concessão de habeas corpus coletivo que pleiteou prisão domiciliar em substituição à prisão preventiva de gestantes ou mulheres com filhos de até 12 anos.

Ainda no campo das atuações, saliento a reunião entre a Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, com representantes do legislativo estadual e municipal e da Associação Mães Anjos de Minas, formada por mães de crianças portadoras de microcefalia devido a infecção pelo vírus da zika.

Outro destaque, foi a importante vitória no mandado de injunção coletivo para regulamentar reintegrações forçadas em conflitos possessórios, impetrado pela Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH) e acompanhado pela DESITS – Cível.

No âmbito das relações interinstitucionais, ressalto a participação em reunião, no TJMG, com o embaixador de Israel; na solenidade de posse do novo delegado regional da Polícia Civil, em Varginha; e na inauguração do novo fórum de Frutal.

Aponto, ainda, o início das atividades de 2018 da Esdep com o curso de Formação de Estagiários e, também, a parceria firmada com o IBCCRIM para a disponibilização de publicações à Escola Superior.

Despeço-me, convidando a todos a participarem da palestra “Que ninguém nos ouça”, com a escritora Cris Guerra e a jornalista Leila Ferreira, no dia 09 de março, no auditório da Sede I, em comemoração ao importante dia da Mulher.

Um abraço e boa leitura!

Christiane Neves Procópio Malard
Defensora pública-geral

MATÉRIA DE CAPA | *Continuação***Defensoria Pública realiza workshops para proposição de ações estratégicas para a Instituição**

Ao abrir os trabalhos, o assessor de Planejamento e Infraestrutura e membro do Comitê Executivo, Rafael de Freitas Cunha Lins, explicou que, para o encontro do dia 20, a Defensoria Pública-Geral disponibilizou 30 vagas para participação de defensores públicos, tendo se inscrito 14. Já os critérios para participação na reunião da quinta-feira (22/02) foram definidos pela Fundação João Pinheiro. “A limitação do número de participantes foi necessária, não apenas em razão da metodologia adotada, mas também, por questões orçamentárias”, informou o assessor.

Conduzidos pelos professores e pesquisadores da Fundação João Pinheiro, Marconi Laia e Eduardo Battucci, os workshops foram organizados na seguinte sequência: apresentação de resumo do diagnóstico da DPMG produzido pela consultoria, debate a partir de um conjunto de áreas temáticas e, por fim, apresentação e discussão de projetos.

O professor Marconi Laia fez uma breve exposição sobre o conceito de estratégia, o plano de trabalho e a metodologia utilizada. O pesquisador fez uma análise dos últimos Planos Gerais de Atuação da Defensoria Pública, que também municiaram o trabalho da Fundação, e explicou como se deu o tratamento dos dados coletados nas entrevistas realizadas.

Marconi Laia ressaltou que “falar sobre estratégia é falar sobre opções excludentes” e destacou que todas as escolhas representam custos de oportuni-

des. “Planejamento é lidar com opções excludentes e vamos precisar pensar o que excluir e o que deixar dentro”, afirmou.

O pesquisador enfatizou que os “grandes desafios do Planejamento Estratégico são a sua implantação e execução” e que a literatura aponta que a maioria dos planos não são executados. Marconi Laia atribuiu essa situação ao fato de que, “geralmente, em diagnósticos para elaboração do plano, são detectados problemas estruturais, que não se resolvem com ações marginais, mas sim, demandam ações estruturais que, na maioria das vezes, têm custo elevado”.

O professor salientou que Planejamento Estratégico não é um plano de curto prazo e, sim, compromisso para médio e longo prazos e que demanda ações estruturantes. “Será um processo de amadurecimento e irá demandar um esforço expressivo da Defensoria Pública. O mais difícil não será apenas aprender a fazer o certo e sim desaprender a fazer o errado”, considerou.

Após a apresentação de elementos do diagnóstico sobre a Defensoria Pública feito pela FJP, foram formados grupos de trabalho e os defensores públicos que participaram do workshop sugeriram proposições de ações, as quais foram alinhadas com o conjunto de ações estratégicas propostas pela Fundação João Pinheiro, e que geraram uma agenda de trabalhos, com objetivos claros e prazos definidos para execução.



Membros do Comitê Executivo, Rafael de Freitas Cunha e Maria Valéria Valle da Silveira

continua >>

MATÉRIA DE CAPA | *Continuação***Defensoria Pública realiza workshops para proposição de ações estratégicas para a Instituição****Público participante****GRUPOS DE TRABALHO**

A defensora-geral, Christiane Malard, destaca o objetivo institucional do Planejamento Estratégico, o qual “proporcionará segurança para a DPMG, para que as futuras gestões possam, em uma perspectiva de médio prazo, trilhar o caminho com diretrizes mais sólidas, principalmente considerando o atual período de crise financeira-orçamentária”.

Christiane Malard ressalta, ainda, a condução participativa do processo do Planejamento Estratégico e a importância da atual etapa. “A partir do diagnóstico e das conclusões apresentadas, este é o momento de os defensores apresentarem as ações e as proposições, inclusive com prazos, para que

sejam encontradas soluções para os desafios que forem apontados no próprio Plano”. “Existe uma grande necessidade de, cada vez mais, priorizarmos as nossas ações, considerando que temos que otimizar recursos, principalmente dentro do cenário de restrição financeira-orçamentária, não apenas da Defensoria, mas de todos os Poderes e instituições, e a DPMG sai na frente quando se propõe a realizar internamente um trabalho como esse, com a participação dos membros e servidores. Encarar prioridades e agir com estratégia é um ato de escolhas e nada melhor do que buscarmos essas soluções em conjunto”, considera a DPG.

Grupos de trabalho*continua >>*

MATÉRIA DE CAPA | *Continuação***Defensoria Pública realiza workshops para proposição de ações estratégicas para a Instituição**

Defensores públicos apresentaram as ações que julgam necessárias para a Instituição



Os defensores públicos apresentaram as ações que julgam necessárias para a Instituição

Para a defensora pública Neusa Guilhermina Lara, em atuação na Defensoria Especializada de Segunda Instância – Criminal (Desits Crim), “a iniciativa da Defensoria na contratação da Fundação João Pinheiro para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico foi fundamental e é um marco na história da DPMG. A Instituição precisa desse avanço, dessa mudança. A afirmação do professor Marconi de que “qualquer mudança estrutural gera dor” foi muito marcante para mim. Mexer com a estrutura gera dor e nós, defensores públicos, temos que aprender isso. Querer mudanças sem que nada seja alterado na nossa rotina, não é possível. Se queremos uma

instituição melhor, com uma estrutura diferente, temos que passar por mudanças que vão trazer sofrimento em um primeiro momento e depois serão positivas. Eu espero que os resultados sejam colocados em prática”.

Na visão do defensor público Leandro Carvalho, em atuação na área Cível da Capital, “nitidamente o trabalho do Planejamento está muito bem feito. O workshop foi muito positivo para que a gente conheça o que tem sido feito e consiga, de fato, executar o que está sendo pensado para ser feito. É importante que depois seja acompanhada a execução que, se for feita, terá um resultado fantástico”.



Reunião do Planejamento Estratégico: diagnóstico e reflexão

continua >>

MATÉRIA DE CAPA | *Continuação***Defensoria Pública realiza workshops para proposição de ações estratégicas para a Instituição**

Participações



Dia 20 – DPG Christiane Malard; membros do Comitê Executivo, subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, e os assessores de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, Tífanie Avellar Carvalho, Hellen Caires Teixeira Brandão, Maria Valéria Valle da Silveira e Roberta de Mesquita Ribeiro; corregedor-geral, Ricardo Sales Cordeiro, assessor da Corregedoria-Geral, Marcelo Paes Ferreira da Silva; membros do Conselho Superior, Fernanda de Souza Saraiva, Galeno Gomes Siqueira, Heitor Teixeira

Lanzelotti Baldez, Marco Tulio Frutuoso Xavier e Richarles Caetano Rios; defensores públicos que se inscreveram para participação no grupo de trabalho, Alexandre Henrique Oliveira Barbosa, Ana Flávia Oliveira Freitas, Ana Paula Coutinho Canela e Souza, Eliane Aparecida de Castro Medeiros, Fernando Campelo Martelleto, Gabriel Freitas Maciel Garcia de Carvalho, Izabella Nogueira Lopes, Jose Sanches Aranda Neto, Karina Rodrigues Maldonado, Rachel Aparecida de Aguiar Passos e Sérgio Augusto Riani do Carmo.



Dia 22 – Defensora-geral, Christiane Malard; membros do Comitê Executivo, subdefensor público-geral, Wagner Geraldo Ramalho Lima, e os assessores de Planejamento e Infraestrutura, Rafael de Freitas Cunha Lins, Tífanie Avellar Carvalho, Maria Valéria Valle da Silveira e Roberta de Mesquita Ribeiro; assessores da Defensoria Pública-Geral, Diana de Lima Prata Camargos, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e João Paulo Torres Dias; conselheiro Felipe Augusto Cardoso Soledade, como representante indicado pelo Conselho Superior; presidente da Adep-MG, Eduardo Cyrino Generoso; coordenadores Regionais Renato Tavares da Silva (Alto Rio Pardo), Vanderlei Capanema (Centro-Oeste), Diléa M. Chaves Reis Teixeira (Circuito das Águas), Adalberto Pelli (Jequitinhonha), Ana Lúcia Gouveia Leite (Mata I), Eliana Maria de Oliveira Spíndola (Mata II), Jonathas Som Machado (Metalúrgica),

Dante Otávio Simeão Gontijo (Metropolitana), Ubirajara Chaves de Moura Júnior (Mucuri), Cláudio Fabiano Pimenta (Norte), Carlos Alberto Thomazelli Penha (Sudoeste), Walter Valle Marins Junior (Sul de Minas), Elias Manuel Gomes (Triângulo I), Evaldo Gonçalves da Cunha (Triângulo II), Edileuza Fernandes Moraes (Vale do Aço), Clarissa Lima Calili (Vale do Rio Doce); coordenadores Locais, Bruno César Canola (Contagem), Jaqueline Carneiro Roque Peyer (Itajubá), Hermann Mosqueira F. de Mendonça (Juiz de Fora), Lincoln Jotha Soares (Sete Lagoas), Clayton Rodrigues Sabino Barbosa (Uberlândia), Márcio Salgado Almeida (Varginha), Alexandre Heliodoro dos Santos (Ipatinga) e Rafael Henrique de Magalhães Souza (Divinópolis); além dos defensores públicos indicados, Leandro Coelho de Carvalho, Neusa Guilhermina Lara, Roger Vieira Feichas e Wellerson Eduardo Correa.



Defensoria-Geral realiza III Encontro com Coordenadores

No dia 23 de fevereiro, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, acompanhada pela equipe do Gabinete, reuniu-se com coordenadores Regionais e Locais de unidades da Instituição que possuem mais de seis órgãos de execução providos.

Durante o encontro, que aproveitou a oportunidade da presença dos coordenadores na Capital, por motivo dos workshops do Planejamento Estratégico, a defensora-geral discutiu os rumos da Instituição e respondeu aos questionamentos e dúvi-

das dos coordenadores.

Os assessores da Defensoria Pública-Geral discutiram sobre projetos e sobre temas relacionados a questões institucionais, jurídicas e de planejamento.



Defensora pública-geral, Christiane Malard:

“Somente com nosso trabalho conjunto, conseguiremos todas as conquistas que almejamos e merecemos”

Após a explanação de Christiane Malard, a fonoaudióloga e consultora, Mariana Godinho, ministrou uma palestra sobre comunicação, fornecendo dicas e técnicas sobre postura profissional, oratória e comunicação no ambiente de trabalho, entrevistas e audiências.

A reunião contou com a participação do sub-defensor público-geral do Estado, Wagner Geraldo Ramalho Lima; do chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares; dos assessores da Defensoria-Geral, Diana de Lima Prata Camargos, Nikolas S. Macedo

Katopodis, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, Cláudio Miranda Pagano, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, João Paulo Torres Dias, Maria Valéria Valle da Silveira, Rafael de Freitas Cunha Lins, Tífanie Avellar Carvalho e Roberta de Mesquita Ribeiro; dos coordenadores Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, Fernando Luis Camargos Araujo e Giovani Batista Manzo; além do chefe do Centro de Segurança Institucional da DPMG, ten. cel. Westerson Guimarães.

continua >>



Continuação

Defensoria-Geral realiza III Encontro com Coordenadores



Coordenadores participantes: Renato Tavares da Silva, Vanderlei Capanema, Diléa M. Chaves Reis Teixeira, Adalberto Pelli, Ana Lúcia Gouveia Leite, Eliana Maria de Oliveira Spíndola, Jonathas Som Machado, Dante Otávio Simeão Gontijo, Ubirajara Chaves de Moura Júnior, Cláudio Fabiano Pimenta, Carlos Alberto Thomazelli Penha, Elias Manuel Gomes, Evaldo Gonçalves da Cunha, Edileuza Fernandes Moraes, Clarissa Lima Calili, Bruno César Canola, Jaqueline Carneiro Roque Peyer, Hermann Mosqueira F. de Mendonça, Walner Dias, Clayton Rodrigues Sabino Barbosa, Márcio Salgado Almeida, Alexandre Heliodoro dos Santos, Rafael Henrique de Magalhães Souza, Walter Valle Marins Júnior, Sérgio Pereira Lima, Gilson Santos Maciel, Delma Gomes Messias e Roger Vieira Feichas

Defensoria-geral recebe representantes da OAB/MG

Dia 16 de fevereiro, a defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, recebeu o diretor Institucional e o tesoureiro adjunto da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais (OAB/MG), Fabrício Almeida e Adriano Cardoso, respectivamente.

Durante o encontro, os representantes da Ordem entregaram para a DPG convite para compor mesa na

abertura da XVI Conferência da Advocacia Mineira e, também, para a solenidade de outorga da Medalha Raymundo Cândido, maior honraria concedida pela OAB/MG, com a qual a defensora-geral será agraciada.

Estavam presentes também o chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares, e o defensor público Marcos Lourenço Capanema de Almeida, em atuação na comarca de Contagem.



Defensor público Marcos Lourenço Capanema; tesoureiro Adriano Cardoso; defensora pública-geral, Christiane Malard; diretor Institucional, Fabrício Almeida; e o chefe de Gabinete, Gério Patrocínio

Defensoria-Geral recebe comissão da OAB/MG

O chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares, e o coordenador de Estágio e Serviço Voluntário, João Paulo Torres Dias, receberam os representantes da Comissão de Estágio e Assuntos Estudantis da OAB/MG, João Pedro G. Reis e Rhuan Santos Ferraz Cardoso. O encontro aconteceu dia 08 de fevereiro, no Gabinete

da Defensoria Pública-Geral.

Durante a reunião, os representantes da Ordem apresentaram projeto criado pela Comissão para auxiliar estudantes na busca de estágio e iniciaram tratativas para encaminhar alunos para estagiarem e prestarem serviços voluntários na DPMG.

Da esquerda para a direita: coordenador de Estágio e Serviço Voluntário, João Paulo Torres Dias; chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares; e os membros da Comissão, Rhuan Santos Ferraz Cardoso e João Pedro G. Reis



Defensoria Pública recebe demandas de mães de crianças com microcefalia



Ao fundo, da esquerda para a direita, o deputado Fred Costa, a defensora-geral, Christiane Malard e o defensor público Wellerson Corrêa, e representantes da Associação Mães Anjos de Minas

O coordenador da Defensoria Especializada de Infância e Juventude – Cível, Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, reuniu-se na quarta-feira, dia 21, com o deputado Fred Costa, o vereador Hélio da Farmácia e representantes da Associação Mães Anjos de Minas, formada por mães de crianças portadoras de microcefalia devido a infecção pelo vírus da zika. O encontro aconteceu na sede da Defensoria Pública e contou com a presença da defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, que ofereceu o apoio da Defensoria Pública às demandas das famílias.

De acordo com Wellerson Corrêa, a Defensoria Pública vai marcar reuniões com os secretários de Estado e Municipal de Saúde, para buscar uma solução administrativa para as demandas, que incluem o fornecimento de dieta enteral e de insumos básicos como fraldas e sondas para alimentação, assim como a liberação de passe livre para as crianças e seu acompanhante. Para o defensor público, o quadro “é uma flagrante violação dos direitos das crianças com deficiência, inclusive com sofrimento decorrente de sequelas produzidas pelo vírus da zika”.



Ações em destaque

Defensoria Pública obtém vitória em Mandado de Injunção para regulamentar reintegrações forçadas em conflitos possessórios

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) obteve vitória no Mandado de Injunção Coletivo para regulamentar reintegrações forçadas em conflitos possessórios, impetrado pela Defensoria Especializada de Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), por meio da defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre, e acompanhado pela DE-SITS – Cível (Público), por meio do defensor público Glauco David de Oliveira Sousa.

A ação recebeu o nº 1.0000.17.005054-6/000 e questionou a demora do governador do Estado de Minas Gerais em regulamentar a Lei nº 13.604, de 28/06/2000, que criou comissão especial para acompanhar os processos de desocupação de áreas invadidas para assentamento rural ou urbano no Estado e estabeleceu que o Governador do Estado regulamentaria a lei no prazo de sessenta dias contados da data de sua publicação. Os três membros da comissão seriam designados pelo governador, que representarão os Três Poderes, sendo o do Legislativo e o do Judiciário indicados, respectivamente, pelos presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça.

No julgamento do mandado de injunção foi rejeitada por unanimidade a preliminar suscitada pela Advocacia Geral do Estado de ilegitimidade ativa ad

causam, sob o entendimento de que “a Defensoria Pública é parte ativa legítima para promover mandado de injunção coletivo quando a tutela requerida for relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados”.

De acordo com a defensora pública Ana Claudia Alexandre, “a falta da regulamentação torna inviável o exercício dos direitos de grupos vulneráveis atingidos no cumprimento das desocupações urbanas e rurais de conflitos possessórios coletivos, as quais deverão ser acompanhadas pela comissão especial, assegurando-se sua presença nas operações policiais de reintegração de posse”

Segundo Glauco David, o resultado “é um precedente pioneiro, que reafirma a importância da Defensoria Pública na defesa dos direitos e interesses coletivos dos usuários do serviço, que se espera seja convidada pelo Poder Executivo para tratar das minúcias da regulamentação, incluindo a estrutura operacional da comissão encarregada de acompanhar os processos de desocupação e o papel da instituição na proteção dos direitos humanos e fundamentais dos ocupantes de áreas para assentamento rural ou urbano no Estado de Minas Gerais”.

DPMG acompanha julgamento de HC coletivo no Supremo Tribunal Federal

O defensor público mineiro Adail Martins, que trabalha no Núcleo de Atuação junto aos Tribunais Superiores, em Brasília, acompanhou, na terça-feira (20/02), o julgamento do *habeas corpus* nº 143.641, de relatoria do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. O julgamento versou sobre direito de prisão domiciliar para todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional na condição de gestantes, de puérperas ou de mães de crianças com até 12 anos sob sua responsabilidade, e das próprias crianças.

A Defensoria Pública de Minas Gerais ingressou no processo como *amicus curiae*, juntamente com outras Defensorias estaduais integrantes do Grupo de Atuação Estratégica junto aos Tribunais Superiores (GAETS).

O defensor público Adail Martins explica que “além de se tratar de questão de alta relevância por envolver direitos fundamentais da mãe e das crianças, algumas ainda por nascer, o julgamento é importante por se tratar de HC coletivo, instrumento processual ainda não consolidado nos Tribunais Superiores, mas cuja utilização pode contribuir substancialmente para a correção de injustiças de forma mais ampla pelo Poder Judiciário”.

Em decisão histórica, a segunda turma do STF concedeu o *habeas corpus*, determinando que a medida seja implementada em todo o país em 60 dias.

A ação foi proposta ao STF em maio de 2017. O assunto ganhou força na última semana, depois da prisão de uma

continua >>



AÇÕES EM DESTAQUE | *Continuação***DPMG acompanha julgamento de HC coletivo no Supremo Tribunal Federal**

mulher de 24 anos, acusada de portar 90 gramas de maconha. Um dia depois, na carceragem, ela entrou em trabalho de parto em uma cela com condições insalubres.

Foi levada a um hospital e, dias após o parto, voltou a ser presa. A mulher é ré primária e mãe de um menino de três anos.



Defensor público de Minas Gerais, Adail Martins; defensor do Rio de Janeiro, Pedro Carriello; defensor público-geral federal, Carlos Paz; e o defensor público de São Paulo, Rafael Munerati

Eventos

Defensoria Pública participa da solenidade de posse do novo delegado regional da Polícia Civil em Varginha

A coordenadora Regional do Circuito das Águas, Diléa Maria Chaves Reis Teixeira, participou da solenidade de posse do novo delegado Regional da Polícia Civil em

Varginha, Wellington Clair de Castro, no dia 24 de janeiro, no Theatro Capitólio. A cerimônia contou com a presença do chefe da Polícia Civil, João Otacílio Silva Neto.



A defensora pública, Diléa Maria Chaves Reis Teixeira (2ª posição da direita para a esquerda)



EVENTOS

Defensoria Pública participa de reunião no TJMG com o embaixador de Israel

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, durante reunião com o embaixador de Israel, Yossi Shelley.

O encontro aconteceu na tarde da terça-feira (20/02), no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), e teve como objetivo estreitar relações entre Brasil e Israel, bem como debater sobre parceria visando à troca de tecnologias para melhorar o conhecimento de ambos os

lados sobre os presídios e suas populações carcerárias.

O embaixador foi recebido pelo 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, que representou o presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro. Várias autoridades participaram da reunião.

Antes da reunião no Tribunal, o embaixador fez uma visita ao Complexo Penitenciário Nelson Hungria, em Contagem.



O assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho (de frente, 4ª posição, da direita para a esquerda), representou a DPG



Defensora pública Sarah Campolina; embaixador Yossi Shelley; defensor público Rômulo Luis Veloso; e o secretário adjunto da Secretaria de Administração Prisional, Marcelo José Gonçalves da Costa

continua >>





EVENTOS | *Continuação*

Defensoria Pública participa de reunião no TJMG com o embaixador de Israel



Rômulo Luis Veloso; embaixador de Israel, Yossi Shelley; e a coordenadora-geral do Programa Novos Rumos, desembargadora Márcia Milanez



Assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso; 1º vice-presidente do TJMG, desembargador Geraldo Augusto; desembargador Sérgio André da Fonseca Xavier; e o secretário de Estado de Segurança Pública e de Administração Prisional, Sérgio Barboza Menezes

Defensoria Pública prestigia inauguração do novo fórum de Frutal

A defensora pública-geral do Estado, Christiane Neves Procópio Malard, foi representada pelo defensor público Reinaldo Ferreira de Queiroz, na solenidade de inauguração das novas instalações do fórum da comarca de Frutal. A cerimônia aconteceu na quarta-feira (21/02).

Em mensagem lida pelo 1º vice-presidente do Tribu-

nal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Geraldo Augusto, o presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, afirmou que o trabalho de todo gestor público deve se pautar no ideal da construção de uma sociedade melhor e mais justa.

O novo fórum está localizado no centro da cidade, ao lado da Prefeitura Municipal.



Defensor público Reinaldo Ferreira de Queiroz (1ª posição, à esquerda) compõe a mesa de autoridades



Escola Superior

Esdep abre as atividades do ano com o Curso de Formação de Estagiários

A defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, abriu, no dia 19 de fevereiro, no auditório da Defensoria Pública, o Curso de Formação de Estagiários, que dá início às atividades da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) neste ano.



Mesa de abertura do evento

Prestigiaram a solenidade o chefe de Gabinete, Gério Patrocínio Soares, os assessores Institucionais, Diana de Lima Prata Camargos e Nikolas Katopodis, o assessor Jurídico-Institucional, João Paulo Torres Dias, o secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira e os conselheiros Marco Tulio Frutuoso Gomes e Fernanda Saraiva.

Em sua explanação Christiane Malard realçou que “o objetivo final deste projeto da Escola Superior da Defensoria Pública tem como eixo principal a capacitação e a preparação dos nossos estagiários, proporcionando maior aprendizado por eles da atividade do defensor público, melhorando a compreensão do que é a Defensoria Pública, das atividades cotidianas do defensor, com apoio ao seu trabalho, e da prestação de serviço para o cidadão”.

Destacou a importância do trabalho dos estagiários e chamou a atenção para o intercâmbio de informações entre eles e o defensor público, ressaltando a necessidade de o estagiário vivenciar o trabalho em várias áreas dentro da Defensoria Pública.

Frisou a defensora-geral que “a Defensoria Pública ensina o amor, ensina o caráter humanitário, algo muito mais além do processo, e este é o grande aprendizado que queremos deixar plantado no coração de cada um

de vocês”.

O assessor Jurídico-Institucional, João Paulo Torres Dias, deu as boas-vindas aos estagiários e destacou a importância de sua preparação “oferecendo um curso com amplitude nas diversas áreas abrangidas pela Defensoria Pública, favorecendo sua atuação em situações como concursos e exames”. Também ressaltou a vertente humanitária que o estágio na Defensoria Pública proporciona.



A defensora pública-geral, Christiane Malard

continua >>

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Esdep abre as atividades do ano com o Curso de Formação de Estagiários****O assessor Jurídico-Institucional, João Paulo Torres Dias****O secretário do Conselho Superior, Galeno Siqueira**

O secretário do Conselho Superior, Galeno Gomes Siqueira, afirmou que o estágio na Defensoria Pública é o mais completo, “proporcionando prática em diversas áreas, tornando-se uma experiência de vida como disse a defensora-geral”, realçou.

A diretora da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep) Hellen Caires Teixeira, agradeceu o apoio recebido para a realização do curso e apresentou a Esdep, inaugurada em março do ano passado, seus objetivos e atividades. Destacou a importância da capacitação interna, assim como da externa, “que leva a educação em direitos, uma das atribuições da Defensoria Pública, para a população. A Escola busca a aproximação com a Academia, mas também com o público externo, como o

curso Defensoras Populares, realizado no ano passado, que formou mulheres líderes para se tornarem multiplicadoras do conhecimento em suas comunidades”.

Esclareceu que entre as atividades da Escola Superior estão a realização de cursos, palestras, seminários, encontros, e a educação a distância, de modo a atingir as 113 comarcas em que a Defensoria Pública está presente, “buscando agregar valores à prestação do serviço público e entre as pessoas envolvidas no processo”, frisou. Destacou a Revista da DPMG e a importância de sua publicação para o debate sobre temas de interesse dos defensores públicos.

**O assessor Institucional, Rômulo Luis de Carvalho****A diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira**

O assessor Institucional, Rômulo Luis Veloso de Carvalho, proferiu a aula inaugural, abordando o tema “Defensoria Pública como instrumento de promoção dos Direitos Humanos e o Perfil do Assistido”. O defensor público abriu a palestra discorrendo sobre a Constituição, Democracia e Direitos Fundamentais, descrevendo

as relações e vínculos entre os três temas e os papéis da Defensoria Pública e do defensor público estabelecidos pela legislação, seus objetivos e a autonomia administrativa, orçamentária e financeira da Defensoria Pública. Discorreu sobre a Emenda Constitucional 80/2014 e

continua >>

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***Esdep abre as atividades do ano com o Curso de Formação de Estagiários**

como ela estabeleceu novo perfil constitucional para a Instituição. “A Defensoria Pública é a última garantia da liberdade humana” na assistência à parcela da população vulnerável econômica e jurídica, frisou.

Ao apresentar a Defensoria Pública como “fiscal da vulnerabilidade dos cidadãos e procuradora constitucional dos vulneráveis”, Rômulo Carvalho destacou a independência funcional do defensor público no desempenho de suas funções e a garantia para a prestação do serviço público livre de pressões. E abordou os horizontes da Defensoria Pública enquanto contrapon-

to democrático, destacando a atuação da Instituição em episódios como o indulto de Natal do ano passado, as ADPFs nº 186 e 496 e o marco de Direitos de Execução Penal.

O curso recebeu 130 inscrições e se estenderá até o mês de julho, com aulas às segundas-feiras à tarde, no auditório da Defensoria Pública. Ao longo do curso serão abordados temas das áreas de Família, Criminal, Cível, além de temas como direitos humanos, mediação e violência doméstica, entre outros. O curso será gravado e retransmitido para os demais interessados.

**Público
participante do
curso**



Escola Superior da DPMG firma parceria com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

Com a parceria firmada entre a Esdep e o IBCCRIM, o instituto disponibilizará algumas de suas publicações à escola, gratuitamente. Todo material já ofertado encontra-se disponível na biblioteca daquela, localizada à Rua Araguari, 511, 22º andar, Barro Preto, Belo Horizonte.

A Escola Superior da Defensoria Pública teve sua sede inaugurada em dezembro de 2018 e encontra-se à disposição dos defensores públicos e servidores para uso. A programação dos cursos e atividades para o primeiro semestre de 2018 será brevemente divulgada.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: 31 2010-0296 ou pessoalmente, das 8h às 18.

Conheça as instalações e acompanhe as atividades da Esdep pelo site: www.escolasuperior.mg.def.br.



[Clique aqui para ver a relação dos títulos disponíveis.](#)

DPMG sedia 2º Curso de Qualificação de Defensores Públicos em Saúde

A Defensoria Pública de Minas Gerais sediou, nos dias 22 e 23 de fevereiro o 2º Curso de Qualificação de Defensores Públicos em Saúde Pública. O curso é uma promoção da Comissão Especial de Saúde da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP), da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (ESDEP), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais

(ADEP-MG), com o objetivo de garantir o cumprimento do direito constitucional à saúde e orientar a população. Presentes, o membro da Corregedoria-Geral, Luciano Hanna Andrade Chaves; o secretário do CSDPMG, Galeno Siqueira, a conselheira Fernanda Saraiva e defensores públicos em atuação na Especializada em Saúde da DPMG. O Rio de Janeiro sediou a 1ª edição do curso, em 2016.



Da direita para a esquerda: O defensor público, Artur Luis Pádua Marques; o presidente da ADEP/MG, Eduardo Generoso; a superintendente de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde da ESP/MG, Gabriela Diniz; a defensora-geral, Christiane Malard; a diretora da Esdep, Hellen Teixeira; o promotor, Gilmar de Assis; e o secretário do Conselho Superior, Galeno Siqueira

Em sua saudação aos participantes, a defensora-geral, Christiane Malard, destacou que “realizar o evento de capacitação e qualificação de defensores públicos é de extrema importância para a DPMG. Minas Gerais se sente honrada em ceder a Casa da Cidadania para a promoção deste curso, uma oportunidade de troca de experiências de práticas que irão gerar enunciados e orientações com efeito para todo o Brasil.

Reiterou a defensora-geral que “a saúde consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que define que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. Ou seja, o direito à saúde é indissociável do direito à vida, que tem por inspiração o valor de igualdade entre as pessoas.

Destacou ainda que, “por ser um direito de todos e dever do Estado, em especial nesta casa da Cidadania,

buscamos com este curso aprimorar nosso conhecimento sobre o tema, e o mais importante, dialogar com os mais variados setores para que possamos, todos juntos, encontrarmos soluções adequadas aos diversos desafios que temos todos os dias em nossa atuação. Tenho confiança que, reunidos aqui, com as mais diversas experiências, iremos encontrar as melhores soluções para os casos que se apresentarem”.

A diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira, frisou ser “uma grande honra receber os colegas de todo o país, dada a importância e a relevância que tem o tema da saúde, tão caro à nossa atuação, sobretudo hoje, em razão das carências financeiras do Estado. A capacitação é uma importante ferramenta para que a Defensoria Pública possa qualificar a sua atividade”. Agradeceu o apoio recebido da Especializada em Saúde e da DPMG, para “a realização de um curso com o objetivo de aprimorar as atividades da Defensoria Pública.

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***DPMG sedia 2º Curso de Qualificação de Defensores Públicos em Saúde**

Em sua saudação aos participantes, a defensora-geral, Christiane Malard, destacou que “realizar o evento de capacitação e qualificação de defensores públicos é de extrema importância para a DPMG. Minas Gerais se sente honrada em ceder a Casa da Cidadania para a promoção deste curso, uma oportunidade de troca de experiências de práticas que irão gerar enunciados e orientações com efeito para todo o Brasil.

Reiterou a defensora-geral que “a saúde consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que define que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. Ou seja, o direito à saúde é indissociável do direito à vida, que tem por inspiração o valor de igualdade entre as pessoas.

Destacou ainda que, “por ser um direito de todos e dever do Estado, em especial nesta casa da Cida-



A superintendente de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde da ESP/MG, Gabriela Diniz e a defensora-geral, Christiane Malard

O secretário do Conselho Superior, Galeno Siqueira, parabenizou a iniciativa e os parceiros, destacando que “o tema da saúde é importante para o Conselho Superior, que criou recentemente o Juizado Fazendário da Capital, que certamente terá uma atuação marcante na área da saúde. Que o encontro possa extrair teses que sustentem, mais à frente, no cotidiano dos defensores públicos, os nossos pedidos em favor da nossa gente humilde”.

O coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde e presidente da Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde (ANPASA), Gilmar de Assis, ressaltou a relevância do curso, “em tempos em que crescem as dificuldades na implementação e operacionalização do direito à saúde, pelas graves ameaças que esse direito vem so-

danía, buscamos com este curso aprimorar nosso conhecimento sobre o tema, e o mais importante, dialogar com os mais variados setores para que possamos, todos juntos, encontrarmos soluções adequadas aos diversos desafios que temos todos os dias em nossa atuação. Tenho confiança que, reunidos aqui, com as mais diversas experiências, iremos encontrar as melhores soluções para os casos que se apresentarem”.

A diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira, frisou ser “uma grande honra receber os colegas de todo o país, dada a importância e a relevância que tem o tema da saúde, tão caro à nossa atuação, sobretudo hoje, em razão das carências financeiras do Estado. A capacitação é uma importante ferramenta para que a Defensoria Pública possa qualificar a sua atividade”. Agradeceu o apoio recebido da Especializada em Saúde e da DPMG, para “a realização de um curso com o objetivo de aprimorar as atividades da Defensoria Pública.



A diretora da Esdep, Hellen Caires Teixeira

frendo. A qualificação permite a busca de sintonia e a uniformização, por meio de enunciados, e a partir de um roteiro de atuação, para que o defensor público não se sinta isolado e tenha orientação institucional para sua ação”.

O coordenador da comissão de Saúde da Anadep, Artur Luis Pádua Marques agradeceu a parceria com a DPMG para sediar o evento e explicou o funcionamento do curso, sua dinâmica e objetivos e instruções para a participação, reiterando a importância de que, ao final, os presentes pudessem oferecer subsídios para a elaboração de enunciados para a divulgação a todas as Defensorias Públicas do país. Informou, ainda, que estavam representadas as Defensorias Públicas dos

continua >>

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***DPMG sedia 2º Curso de Qualificação de Defensores Públicos em Saúde**

estados do Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Roraima, Bahia, Mato Grosso, Tocantins, Rio de Janeiro, Paraíba e Pernambuco.

O presidente da ADEP/MG, Eduardo Generoso, ressaltou que o encontro era “uma oportu-

nidade importante de qualificação, abrindo espaço para a troca de experiências e para o conhecimento do trabalho de outras Defensorias Públicas”.



O secretário do Conselho Superior, Galeno Siqueira



O promotor de Justiça, Gilmar de Assis



O defensor público, Artur Pádua Marques



O presidente da ADEP/MG, Eduardo Generoso, e a superintendente de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde da ESP/MG, Maria Gabriela Diniz

A superintendente de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), Maria Gabriela Diniz, destacou as parcerias com a Defensoria Pública em ações e momentos que “renovam as esperanças de fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), objetivo comum de todos aqui reunidos”.

O promotor de Justiça Gilmar de Assis, proferiu a palestra de abertura do encontro, abordando o tema “Sala de Situação em Saúde- ferramenta para atuação no Direito à Saúde”, tendo como debatedor o defensor público Rodrigo Delage, em atuação na Especializada em Saúde da DPMG.

Gilmar de Assis abordou a importância do acesso à informação como instrumento para que se possa decidir com qualidade nas questões da saúde, a partir de fontes de informações financeiras, orçamentárias, técnicas, indicadores de saúde, relatórios de gestão. Mostrou a importância deste conhecimento no trabalho cotidiano do defensor público, “diante do momento que o país vive, com medidas e decisões governamentais que interferem em preceitos e direitos estabelecidos na Constituição, dificultando o acesso ao direito à saúde”.

continua >>

ESCOLA SUPERIOR | *Continuação***DPMG sedia 2º Curso de Qualificação de Defensores Públicos em Saúde**

Destacou situações em que “o descumprimento da legislação provoca repercussões que impactam negativamente o funcionamento do sistema de saúde e no direito do acesso da população a ele. São medidas governamentais que geram um aumento na judicialização da saúde. O momento exige a preparação dos defensores públicos, de forma a que se possa solucionar, por exemplo, o atendimento de demandas por medicamentos básicos, já ofertados pelo SUS. Daí a necessidade de qualificação, troca de experiências, a importância dos enunciados e o conhecimento das fontes de informação para subsidiar o trabalho do defensor público” ressaltou.

O professor da Escola de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Augusto Guerra, desenvolveu o tema “Política de Medicamentos”,

no qual abordou o mercado farmacêutico e o acesso aos medicamentos. Discorreu sobre como a indústria farmacêutica promove o lançamento de remédios, como trabalha este mercado e sua interface com o SUS. Abordou ainda o desempenho de medicamentos e a importância de serem avaliados, com o objetivo de estabelecer padrões de maior valor para a população.

Explicou que, “em grande parte dos medicamentos comercializados, os benefícios anunciados pela indústria “não se realizam e, pior, muitos acarretam efeitos nocivos que não estavam relatados. E destacou a importância da informação e do conhecimento para o defensor público estabelecer os parâmetros para a sua ação no atendimento às demandas da população.



O professor Augusto Guerra

Convites

Chamada de artigos para a
Revista da Defensoria Pública
de Minas Gerais .def

Edição nº 3

Prazo
2 de março

SAIBA MAIS >>





CONVITES

CRIS GUERRA
LEILA FERREIRA



9

DE MARÇO

Convite:

9H Entrega de Homenagens

9H30m *Palestra:*
Que Ninguém nos Ouça
Cris Guerra e Leila Ferreira

Comemoração do

dia da mulher

Público interno

Vagas limitadas

Informações:
escolasuperior@defensoria.mg.def.br

Inscrições:
www.escolasuperior.mg.def.br

 Com direito a
CERTIFICADO

 Auditório da DPMG, 2º andar
Rua Guajajaras, 1707 Barro Preto
Belo Horizonte - MG

Realização:




BOLETIM DA DEFENSORIA-GERAL. Produção: Assessoria Institucional. Apoio: Assessoria de Comunicação e Cerimonial. Diagramação: CoVisual/Ascom



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Sede I: Rua Guajajaras, 1.707 – Barro Preto, BH, MG
www.defensoria.mg.def.br

